

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Não se verificou nenhuma ausência.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

BALCÃO ÚNICO DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO (COD. 14)

O senhor **Vereador José Correia da Silva** começou por agradecer ao senhor Presidente da Câmara a consulta do processo referente à obra do Balcão Único dos Paços do Município de Lamego.

No seguimento, referiu que não consegue perceber porque razão o senhor Presidente da Câmara alterou o local previsto no projeto da candidatura à obra do Balcão Único dos Paços do Município de Lamego e vai ser instalado nos claustros deste edifício.

Afirmou que as referidas instalações não são as mais adequadas para um serviço de atendimento ao público, desconhecendo como tal localização vai beneficiar os serviços, o cidadão e os funcionários, uma vez que existe uma clara falta de espaço entre os quatro balcões de atendimento, acrescentado ao facto de os municípios que estão a ser

atendidos terem de se levantar para deixar passar os munícipes que serão chamados para os balcões seguintes. Referiu, ainda, que existe falta de espaço para os funcionários poderem circular entre si.

Questionou, ainda, o senhor Presidente da Câmara, como é que um munícipe com mobilidade reduzida, estando a ser atendido no Balcão Único, pode aceder à casa de banho, caso necessite, ao que respondeu que terá de sair do edifício entrar na porta principal, passar pela segurança e subir as escadas, só assim é que consegue, caracterizando esta situação lamentável.

Apelou ao senhor Presidente da Câmara que medite sobre este assunto, até porque muito lhe estranha que a AMA – Agência para a Modernização Administrativa permita que o Balcão Único funcione nestas condições.

O senhor **Presidente da Câmara** registou as preocupações manifestadas pelo senhor Vereador José Correia da Silva.

Reiterou que o espaço tem de redundar em benefício, quer para os utentes ou munícipes, quer para os funcionários e numa maior eficácia dos serviços.

Acrescentou que os serviços irão analisar a funcionalidade do Balcão Único naquele local e, posteriormente, serão feitas intervenções, caso sejam necessárias.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** afirmou que o senhor Presidente da Câmara não deu conhecimento ao Executivo da intenção de alteração, considerando que a mesma constitui num erro.

Sugeriu ao senhor Presidente da Câmara que não se avançasse com mais obras, até que seja feita essa avaliação pelos serviços, contendo as vantagens e desvantagens, de forma a minorar os prejuízos que, eventualmente, se possa vir a ter, em virtude de se ter mudado de local.

Considera que aquela localização do Balcão Único não defende os interesses dos munícipes, além de os discriminar dos demais.

O senhor **Presidente da Câmara** reafirmou que os serviços irão efetuar a análise, do ponto de vista da funcionalidade dos serviços e se não redundar em benefício para os munícipes/utentes e em qualidade de vida para os funcionários, alterar-se-á o que houver para alterar.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** O senhor Vereador António Pinto Carreira afirmou que o que está a acontecer é que estão a executar um projeto que não foi candidatado, nem aprovado, em sede de Executivo deixando de parte o que realmente foi aprovado e candidatado.

Disse que admitiria que se se pudesse alterar o projeto, caso o mesmo constituísse em melhoria. Porém, não é o caso, tal como já foi constatado pelos senhores Vereadores

José Correia da Silva e Ernesto da Silva Rodrigues, pelo que, a seu ver, existem motivos óbvios para que o senhor Presidente da Câmara mande suspender, imediatamente, a execução das obras, o que sugeriu que faça.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou que as respostas foram dadas na reunião de Câmara da semana passada e que constam da ata.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** retorquiu que não verifica na ata nenhum argumento, nem nenhuma razão, para que se alterasse a localização do Balcão único de atendimento aos munícipes nos Paços do concelho.

A única razão enunciada e referida em ata da última sessão de câmara prende-se com a acessibilidade. Mas essa razão é a que presidiu à candidatura da obra que foi aprovada e que é a mesma que se aplicaria ao lugar onde estava prevista. Pelo que gostaria de saber qual é verdadeiramente a razão que presidiu à decisão de alterar o local para um outro, uma vez que essa razão nunca foi explicada em sede de Executivo, nem ela existe. Lamentou, por isso, que o Sr. Presidente esteja a faltar à verdade, como facilmente se conclui da leitura da ata da última reunião de câmara, onde não se vê qualquer fundamento para a decidida alteração.

O senhor **Presidente da Câmara** repudiou veementemente a afirmação do senhor Vereador António Pinto Carreira.

Disse que não se trata de faltar à verdade, apenas ocorreu uma opção que conduziu à alteração do projeto, radicada na questão da acessibilidade, razão com a qual os senhores Vereadores poderão não concordar.

Reafirmou que tal alteração vai ser analisada pelos serviços e caso não se verifique melhor funcionalidade para os serviços e qualidade para os utentes, tomará as medidas que entender pertinentes.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE MAIO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 6 de maio de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: PROC. 3669/15 - BANCO SANTANDER TOTTA - ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA (**COD. 64**)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo do teor do acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Coimbra, no âmbito do Proc. 3669/15.8T8VIS.C1, em que é recorrido o Banco Santander Totta, S.A. e recorrente o Município de Lamego.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** questionou o senhor Presidente da Câmara se desta decisão poderá ainda haver recurso.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que irá reunir hoje com o mandatário do Município, em que vai ser analisada essa questão.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** acrescentou que compete ao senhor Presidente da Câmara, enquanto representante do Município de Lamego, esgotar todas as possibilidades jurídicas que forem possíveis, no sentido de recorrer desta decisão e não dar o caso como consumado.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** considera também que se devem esgotar todas as possibilidades de recurso. Entende que, neste momento, o melhor para o Município de Lamego, era que se acionassem, imediatamente, pelo menos, as cauções que foram prestadas pelos Irmãos Cavaco, uma vez que, a matéria da ação intentada pelo Banif contra o Município de Lamego e que tem por objeto uma dívida, faz parte das contingências orçamentais e encontram-se previstas nas provisões.

Por isso, propôs ao senhor Presidente da Câmara, na defesa dos superiores interesses do Município de Lamego, que acione de imediato, as referidas cauções, mesmo que não seja para aprovisionar a execução de obras que são necessárias fazer, mas para garantia do pagamento na eventual condenação do Município, em caso de insucesso de recurso.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** sublinhou que, de facto, esta é uma situação que o preocupa e a confirmar-se esta decisão é mais uma “machadada” nas contas do Município

Entende, também, que o senhor Presidente da Câmara deve esgotar todas as possibilidades legais e possíveis no sentido de recorrer desta decisão.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** registou a velocidade com que o senhor Presidente da Câmara fez chegar esta decisão do Tribunal aos meios de comunicação social, assim fosse tão rápido a fornecer os documentos que os senhores Vereadores insistentemente solicitam nas reuniões de Câmara, frisou.

Disse que desta decisão ainda pode haver recurso, pelo que estranha que o senhor Presidente da Câmara a tenha divulgado, uma vez que ainda não é uma decisão final.

Por fim, afirmou que corrobora das afirmações anteriormente proferidas por todos os senhores Vereadores, sobre esta matéria, bem como subscreve a proposta efetuada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

O senhor **Presidente da Câmara** registou a vontade, unânime da Câmara, para que sejam utilizados os meios de contencioso esgotando todas as possibilidades de discussão em sede de Tribunal.

Afirmou que este assunto não tem a ver com a questão das garantias bancárias, nem as mesmas são utilizadas para fazer pagamento desta dívida, tal como é do conhecimento de todos e, muito em particular, do senhor Vereador António Pinto Carreira, por força das funções que desempenhou na Assembleia Geral da empresa Lamego Renova.

Disse que este valor está ap provisionado, faz parte das contingências, mas não há cabimento, nem fundos disponíveis para proceder a este pagamento.

Referiu que as cauções serão acionadas e essa verba virá para o Município, pelo que irá agendar esse assunto, atempadamente.

Por último, afirmou que não mandou o texto do acórdão, nem o documento, para nenhum órgão social, apenas deu conta que tinha sido proferida uma decisão, que condenava o Município de Lamego ao pagamento de uma verba próxima de 1 milhão de euros.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** afirmou que não leu o jornal em que foi divulgada esta matéria. No entanto, entende que não é a forma mais correta de defender os interesses do Município de Lamego, independentemente dos erros que possam ter havido, de colocar na praça pública um assunto que ainda não está finalizado, a menos que esteja à procura de uma condenação pública de alguém, sublinhou.

Sugeriu que, de futuro, não se contribua para que haja condenações públicas e para que o público formule um juízo e uma opinião que, na verdade, pode ser alterada com a decisão judicial final.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** esclareceu que as cauções prestadas, como é o caso, são todas do tipo first demand, ou seja não é necessária a invocação em nenhuma delas de qualquer fundamento.

Reforçou que não é necessário o beneficiário da garantia alegar ou invocar razões junto do garante para que deposite o valor da caução a favor do beneficiário.

Relativamente a esta matéria, a seu ver, nada impediria que o beneficiário da caução, o Município de Lamego, face à situação concreta de ter de, eventualmente, de um momento para o outro, proceder ao pagamento dessa quantia acionar a caução que

permitisse ao Município de Lamego o cumprimento do que vier a ser decidido judicialmente.

Assim, deixa aqui esta proposta que poderia ser discutida e votada hoje mesmo, não se opondo a que a sua sugestão seja consubstanciada em proposta subscrita pelo senhor Presidente.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** salientou a forma clara e a lisura com que o senhor Presidente da Câmara tem tratado deste assunto.

Disse que compreende que uma caução *first demand* não precise de qualquer tipo de justificação para ser acionada, mas isso não exime que quem a executa de justificar porque é que a usa. Disse que tais cauções são usadas e estão indexadas à boa execução dos trabalhos, constantes do contrato e à resolução de problemas associados a defeitos de construção ou de execução do mesmo.

Afirmou que, tal como disse o senhor Presidente, uma coisa não tem nada a ver com a outra, nem o facto do banco, sobre o qual recaiu o contrato de factoring, ser o mesmo que prestou cauções, uma vez que o fez em situações e esferas diferentes.

Por outro lado, disse que se se executasse uma caução *first demand* com vista a resolver um processo judicial, isso equivalia a recusar o que acabou de ser dito pelos senhores Vereadores, ou seja, para que seja recorra esta decisão, dando um sinal de que se queria pagar. Entende que a decisão é unanime que se devem esgotar todas as instâncias para tentar defender os interesses do Município, no sentido de reduzir este valor, o que concorda também que seja feito, ao invés de se tentar arranjar dinheiro para pagar.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou que irá trazer uma proposta de deliberação relativa às garantias bancárias, brevemente.

De seguida, referiu que os cidadãos têm direito de ser informados, com isenção e transparência e não recorrendo a factos falsos ou enganosos. Por isso, considera que, quando está a dar a conhecer aos cidadãos o que se está a passar na vida do Município, com verdade, está a prestar um bom serviço ao município. Situação diferente é quando não se referem as situações com verdade e se manipula a informação, ou pior do que isso quando se passa informação errada ou deturpada, quer seja nos órgãos de comunicação, quer seja nas mesas de café.

Entende, por isso, que se deve continuar a dar informação quando ela ocorra, sendo, aliás, uma obrigação do Presidente da Câmara.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

03-ASSUNTO: TRANSAÇÃO NA INJUNÇÃO Nº 39623/19.7YIPRT – EDEN DECADE, UNIPESSOAL, LDA. (COD 17)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 269/17/2019 do senhor Presidente da Câmara, que refere que a sociedade EDEN DECADE, Unipessoal, Lda. instaurou contra o Município de Lamego, a injunção supra identificada, no valor de € 6.590,92, relativa ao fornecimento de máscaras, trajes, manequins e acessórios de espólio permanente do Centro Interpretativo da Máscara Ibérica.

A EDEN DECADE, Unipessoal, Lda., requerente nos autos concordou em reduzir o pedido para € 6.018,30 (seis mil e dezoito euros e trinta cêntimos), conforme minuta de transação que se anexa, sendo 5.916,30, referentes à dívida principal e 102,00€, relativos à taxa de justiça.

Para verificação da prestação dos serviços efetuados e da minuta de acordo pretendido, junta-se a respetiva documentação, com confirmação da execução dos mesmos.

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação, do orçamento em vigor, na qual tem cabimento: classificação orgânica: 02 – Câmara Municipal e Serviços Municipais; classificação económica: 06 – outras despesas correntes; 02 - diversas; 01 – impostos e taxas; 01 - impostos e taxas pagos pela autarquia; 99 – outras – proposta de cabimento nº 797/2019.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere aprovar a minuta de transação a celebrar, anexa a esta proposta.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com seis votos a favor, do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira e José Correia da Silva e com um voto contra do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Tem vindo à reunião este tipo de assunto, o meu sentido de responsabilidade obriga a analisar esta situação e a votá-la favoravelmente, não só nesta, como em todas as outras que sejam devidamente justificadas e provadas que o trabalho/serviço foi efetivamente feito ou prestado pelas empresas, sejam elas de pequena ou de grande dimensão, o que importa é que prestaram o seu trabalho ou serviço ao Município.*

Entendo, por isso, que o Município deve ser uma pessoa de bem e deve assumir as responsabilidades que lhe cabem, ainda que tenhamos nós de resolver os problemas do passado, porque outros irão, também, resolver os nossos que estamos a criar neste

momento, pelo que votei favoravelmente, uma vez que a despesa está devidamente justificada.”

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto favoravelmente, tendo em conta que o serviço foi prestado, no seguimento de requisição interna emitida e cabimento autorizado, conforme consta dos documentos anexos, só não terá sido emitida a requisição externa, pelo que não restam dúvidas que o Município é devedor desta quantia e, como tal, deve proceder ao seu pagamento.*

No entanto, tendo em conta que a proposta de deliberação não está sustentada, na informação, do cabimento para a despesa, ficará a mesma condicionada ao respetivo cabimento.”

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto contra, esta proposta, em conformidade com as posições anteriormente já assumidas em assuntos de igual natureza.*

Não ponho em causa a prestação do serviços, minha dúvida é saber quem é o responsável pelo pagamento, uma vez que não foram cumpridas as obrigações legais que uma situação desta natureza, obriga e nestes casos a lei dos compromissos determina que quem é responsável pelo pagamento não é o órgão em si, ou seja, a Câmara, mas sim o titular do órgão que ordenou esta despesas ilegal, pelo que voto contra.”

O senhor **Vereador José Correia da Silva** declarou que subscreve a declaração de voto proferida pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

04-ASSUNTO: PROTOCOLO CELEBRADO COM A FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD. 20)

Presente, uma vez mais, à reunião a proposta de deliberação n.º 313/20/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

“O Andebol Clube de Lamego é um dos melhores exemplos que podemos encontrar na excelência do trabalho desportivo e associativo desenvolvido no distrito de Viseu. Apesar das dificuldades que o associativismo se depara, o Andebol Clube de Lamego tem sabido ultrapassar os obstáculos, inovando, apostando na qualificação dos seus quadros técnicos, melhorando o seu património e principalmente transmitir os melhores valores que o desporto abarca. A aposta do clube na formação e também nas equipas femininas contribui, de uma forma significativa, para o sucesso desportivo que tem demonstrado

através dos títulos distritais, presenças nos campeonatos nacionais e jogadores que tem chegado aos melhores clubes e selecção nacional.

Em 2018, para além do apoio financeiro e logístico ao clube, o Município colaborou ativamente na realização do encontro das seleções distritais, na participação das equipas das escolas do primeiro ciclo, no projecto Andebol4kids e na concretização do primeiro Torneio de Andebol Cidade de Lamego, que permitiu a presença das melhores equipas nacionais no escalão juvenil e a realização de uma ação de Formação, com a presença do Professor Carlos Resende, atual treinador do Sport Lisboa e Benfica.

No seguimento dos eventos e trabalho desenvolvido o Andebol Clube de Lamego apresentou, com o apoio do Município, a candidatura para a organização, em 2019, da Gala Anual e a Supertaça masculina e Feminina.

A Federação Portuguesa de Andebol premiou o esforço e dedicação desenvolvidos atribuindo a Lamego a organização dos mesmos. Estes dois momentos surgem como corolário do extraordinário trabalho desenvolvido pelo Clube e terá um impacto mediático muito importante na divulgação de Lamego.

O Município de Lamego assume o apoio à realização destes eventos, como parte da estratégia de divulgação de todo o potencial organizativo, desportivo, cultural e turístico que Lamego oferece.

Acreditamos que os eventos de índole nacional têm uma projeção muito importante que, inseridos em plena altura festiva, proporcionam uma experiência de enorme relevância para as centenas de espectadores e, deste modo, potenciar a exposição mediática na imprensa e televisões.

O caderno de encargos dos eventos implica um esforço significativo pelo Município, mas através das receitas das bilheteiras, publicidade e bares será possível minimizar, e assim recebermos dois eventos de enorme interesse nacional.

Assim, nestes termos, proponho a aprovação de protocolo entre a Câmara Municipal de Lamego e a Federação de Andebol de Portugal com vista à realização da IX Gala da Federação e da Supertaça Masculina e Feminina em Andebol, que terá lugar nos dias 24 e 25 de agosto de 2019, em Lamego.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** referiu que, na sua ótica, a proposta de deliberação carece de cabimentação, uma vez que gera despesa e por isso necessita de estar coberta com fundos disponíveis.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que este assunto não deveria vir ao Executivo para efeitos de ratificação, deveria, isso sim, ter sido discutido previamente em sede de Executivo, o que lamenta.

Entende que este valor, agora conhecido, de cerca de 25 mil euros, não tenha de ter, neste momento, cabimento, mas terá de ser feito no futuro, sob pena deste protocolo vir a ser nulo, pelo que irá votar nesta condição, de que no futuro estas despesas venham a ser cabimentadas.

Afirmou que a aplicação deste valor, de cerca de 25 mil euros, para um evento com a duração de dois dias, não se esteja a pôr em causa a sustentabilidade das outras associações e coletividades.

Sublinhou que o preocupa esta situação, uma vez que já se está a meio do ano e ainda só receberam um terço das respetivas verbas, e pode não haver disponibilidades para o que resta pagar, tendo em conta a situação económica do Município de Lamego.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** subscreveu a intervenção do senhor Vereador António Pinto Carreira.

Reforçou que as associações e coletividades estão a passar por graves dificuldades financeiras, o custo que a Câmara vai suportar com a realização deste evento é significativo, pelo que não se sabe o que as outras associações irão pensar quando tiverem conhecimento deste protocolo, quando o argumento utilizado para aprovar apenas um terço da verba, foi de que não havia dinheiro disponível.

Acrescentou que não vai inviabilizar este protocolo, desde que as despesas venham a ser devidamente cabimentadas, em tempo oportuno.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que as razões que levaram ao procedimento de ratificação já foram explicadas nas reuniões de Câmara anteriores.

Esclareceu que os valores foram estimados pelos valores máximos, pelo que os mesmos têm de ser vistos com rigor, tendo em conta que não espaço para derrapagens.

Acrescentou que está também sensível à questão das Associações, porém as mesmas vão sendo apoiadas pelo Município, com custos indiretos, em vários domínios, nomeadamente: na segurança, na publicidade, no policiamento e na atribuição de brindes.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

Ausente, neste ponto, o senhor Vereador José Correia da Silva.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto favoravelmente com os argumentos já acima aduzidos aquando da discussão deste assunto.”*

05-ASSUNTO: MINUTA DA ADENDA AO ACORDO DE PARCERIA CELEBRADO NO ÂMBITO DO CAMINHO PORTUGUÊS INTERIOR DE SANTIAGO (COD. 20)

Presente, uma vez mais, à reunião a proposta de deliberação n.º 347/20/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

“Considerando que foi estabelecido a 30 de Abril de 2018 um Acordo de Parceria entre os Municípios de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, com vista à promoção da requalificação, gestão e dinamização integrada do Caminho Português Interior de Santiago, bem como na execução do projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português Interior de Santiago”, candidatado ao Programa Valorizar - Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior;

A referida candidatura foi aprovada com um montante elegível de 658.807,00€, a que corresponde uma comparticipação máxima de 400.000€;

De acordo com respetiva candidatura, torna-se necessário introduzir uma nova cláusula ao acordo de parceria, tendo em vista designação de uma entidade representante do agrupamento de entidades adjudicantes;

Esta entidade, de entre as que assinaram o acordo, ficará, assim, responsável pela execução das ações comuns;

O Município de Vila Pouca de Aguiar, visto ter liderado todo o processo desde o início, será, desta forma, a entidade que reúne mais competências para dirigir os procedimentos de contratação das ações de investimento comum, na qualidade de representante do agrupamento de entidades adjudicantes, ao abrigo do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos;

Assim e em face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre a aprovação da minuta de adenda, que anexa, e fará parte integrante do Acordo de Parceria celebrado a 30 de Abril de 2018 entre os Municípios de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves.”

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

• GABINETE DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO – **CÓD. AO 01 | GAET 04**

06-ASSUNTO: PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MUPIS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD. 53)

REQUERENTE: LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE LAMGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 348/53/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 3 de

maio de 2019, através do qual autorizou a cedência de 3 faces de mupi, a título gratuito, para divulgação do Concerto Solidário da Liga dos Amigos do Hospital de Lamego, de 6 a 1 de maio de 2019.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

07-ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD. 53)

REQUERENTE: MUNDO SIMÉTRICO, UNIPESSOAL, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 349/53/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 3 de maio de 2019, através do qual autorizou a colocação de publicidade, para divulgação do evento da Feira de Stocks, que se vai realizar no Pavilhão Multiusos de Lamego, nos dias 11 e 12 de maio de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente será de 200,00€.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

08-ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD. 51)

REQUERENTE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 350/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere sobre o pedido do requerente, em que solicitou a isenção do pagamento de taxas, relativas à ocupação de espaço público, “Parque Isidoro Guedes”, no dia 1 de junho de 2019, para dinamização lúdica do Dia Mundial da Criança.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a requerente do pagamento de taxas, inerentes ao referido evento.

Ausente, neste, ponto, o senhor Vereador António Pinto Carreira, por impedimento legal.

• SERVIÇO DE VETERINÁRIA MUNICIPAL – CÓD. AO 01 | SVM 03

09-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASPA – ASSOCIAÇÃO DE SALVAMENTO E PROTEÇÃO ANIMAL DE LAMEGO (COD. 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 351/52-A/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que aprove a minuta do protocolo a celebrar com a ASPA – Associação de Salvamento e Proteção Animal de Lamego, com sede na Avenida Engenheiro Alves Pedrosa, Bloco 17, Casa 6, 5100-067 Lamego, com a finalidade de estabelecer a forma de colaboração para desenvolvimento das ações

previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º e artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, nomeadamente os apoios financeiros a conceder à esterilização de canídeos vadios ou errantes, capturados nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 146/2017, e canalizados para adoção ou família de acolhimento temporário (FAT), bem como, a esterilização de gatos estabelecidos em colónias identificadas e assinaladas pela Autoridade Sanitária Veterinária Concelhia.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

10-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

CONSUMIDOR: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 352/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 2926/DASU, de 2 de maio de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação das faturas n.º 139216, de novembro/18 e 152697, de dezembro/18, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

11-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

CONSUMIDOR: FILOMENA CORREIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 353/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 2975/DASU, de 6 de maio de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação das faturas n.º 132423, de outubro/18 e 159356, de dezembro/18, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

12-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: AUGUSTO MONTEIRO DUARTE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 354/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Augusto Monteiro Duarte solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de

Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Augusto Monteiro Duarte, cliente n.º 21174, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

13-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MANUEL AUGUSTO PEREIRA BATISTA DA SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 355/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Manuel Augusto Pereira Batista da Silva solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Manuel Augusto Pereira Batista da Silva, cliente n.º 29079, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

14-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: BENVINDA DE JESUS RIBEIRO BRILHANTE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 355/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Benvinda de Jesus Ribeiro Brilhante solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Benvinda de Jesus Ribeiro Brilhante, cliente n.º 5080, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

15-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DO DESFILE DE BOMBOS E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (**COD 51**)

REQUERENTE: AMIJOIA – ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E PRODUTORES DA CEREJA DA PENAJOIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 357/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização de festividade/divertimento público, relativa à realização do desfile de bombos, que decorrerá no dia 26 de maio de 2019, na cidade de Lamego, assim como a isenção do pagamento de taxas, inerentes ao referido evento.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

16-ASSUNTO: LICENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DO JAZIGO (**COD 15**)

REQUERENTE: EURICO DA RUA JUNIOR

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

17-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 137/19 (**COD. 42**)

REQUERENTE: CELESTINO DO CARMO LOUREIRO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE MAZES – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 359/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 867/DOU, de 10/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 06/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

18-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM – PROC. 351/18 (**COD. 42**)

REQUERENTE: GILBERTO JOSÉ DA FONSECA SOEIRO RUA

LOCAL DA OBRA: ZONA INDUSTRIAL DE LAMEGO – VÁRZEA DE ABRUNHAIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 360/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 979/DOU, de 30/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

19-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 114/12 (COD. 42)

REQUERENTE: JOSÉ MARTINS GOMES

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CURRAL – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 361/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 977/DOU, de 30/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

20-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA COMÉRCIO E HABITAÇÃO – PROC. 293/17 (COD. 42)

REQUERENTE: MARIA DA ENCARNAÇÃO GOMES FREITAS AMARO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DOM OUTEIRO – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 362/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1000/DOU, de 03/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

21-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 581/18 (COD. 42)

REQUERENTE: SÉRGIO MANUEL DE ALMEISA SOUSA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE RAPOSTEIRO – LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 363/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 993/DOU, de 03/05/2019, e do

parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

22-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 477/16 (COD. 42)

REQUERENTE: TABELA LINEAR – CONSTRUÇÃO, LDA.

LOCAL DA OBRA: RUA DA OLARIA – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 364/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1010/DOU, de 06/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe, bem como o licenciamento das alterações à obra de reconstrução de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

23-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UNS ARRUMOS – PROC. 583/18 (COD. 42)

REQUERENTE: ALBERTO PEREIRA DOS SANTOS

LOCAL DA OBRA: RUA CIMO DO POVO – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 365/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 913/DOU, de 16/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uns arrumos, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

24-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, ANEXO E PISCINA – PROC. 283/18 (COD. 42)

REQUERENTE: MARIA LUÍSA DA SILVA FREITAS

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CARVALHO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PARADA DO BISPO E VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 366/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 912/DOU, de 16/04/2019, e do

parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma piscina e anexo (legalização), com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

25-ASSUNTO: REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 390/18 (COD. 42)

REQUERENTE: VITOR MANUEL FERREIRA DA CUNHA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CERRADO – CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 367/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 945/DOU, de 23/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 30/04/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de remodelação e ampliação de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

26-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 6/18 (COD. 42)

REQUERENTE: MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO CONSTANTINO XAVIER

LOCAL DA OBRA: CALÇADA DE MORÕES DE BAIXO – FERREIROS DE AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 368/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 937/DOU, de 18/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação (legalização).

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

27-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 190/19 (COD. 42)

REQUERENTE: HUGO PEDRO ALMEIDA CARDOSO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE PERAFITA – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 373/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 993/DOU, de 03/05/2019, e do

parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

28-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 442/16 (COD. 42)

REQUERENTE: ANTÓNIO MORGADO SEBASTIANA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DAS AMOREIRAS – LAMEGOM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 369/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 992/DOU, de 03/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 41/17, por seis meses.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

29-ASSUNTO: CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 207/19 (COD 42)

REQUERENTE: FERNANDO MANUEL CARDOSO SOUSA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE CANTUDO - ALVELOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 370/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1001/DOU, de 03/05/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 06/05/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

Obras Municipais – CÓD. DOU 06 | OM 02

30-ASSUNTO: CENTRO ESCOLAR DE LAMEGO - RECEÇÃO DEFINITIVA (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 371/41/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo à Câmara que homologue o auto de vistoria feita à obra denominada “Centro Escolar de Lamego”, para efeitos de receção definitiva, nos termos do art.º 398º do CCP, na sua atual redação, uma vez que decorreram 5 anos após a realização da receção provisória da mesma.

Após a vistoria realizada, constatou-se que a obra em causa está em conformidade com o projeto de execução aprovado e com a obra rececionada provisoriamente, estando por isso em condições de ser recebida definitivamente.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

31-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DE ALVORAÇÕES (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 372/41/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo à Câmara a aprovação da lista final do mapa de quantidades a concurso, contendo os erros e omissões, a aprovação da alteração das peças de procedimento e a prorrogação do prazo para entrega das propostas da obra denominada “Requalificação do Espaço Público do Bairro de Alvorações”.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

32-ASSUNTO: RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR PARA REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA URGENTE, NO ÂMBITO DO PROJETO DO PARQUE URBANO DE LAMEGO (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 375/47/2019 do senhor Vice-Presidente, do seguinte teor:

“Considerando que:

- 1. A Câmara Municipal deliberou em 18 de abril de 2019, por unanimidade, aprovar a proposta de requerer à Assembleia Municipal de Lamego a aprovação, nos termos n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro (Código de Expropriações), da Declaração de Utilidade Pública de expropriação, com carácter de urgência, dos prédios particulares inscritos na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 434 e 435, ambos da secção 1B, artigos n.ºs 146, 157, 158 e 235, ambos da secção 1C, e urbana sob os artigos n.ºs 363 e 1001, da Freguesia Lamego, e de todos os direitos a eles inerentes por necessários à execução do projeto “Parque Urbano de Lamego”.*
- 2. Que tal aprovação foi condicionada à verificação da competência da Assembleia Municipal nesta matéria a que se refere o aditamento complementado pelo senhor Presidente da Câmara e respetiva consequência.*
- 3. Que os serviços jurídicos produziram o parecer em anexo no qual se estatui, sem margem para dúvida, que tal competência é, efetivamente, da Assembleia Municipal.*

Proponho que:

A Câmara Municipal deliberou aprovar, esclarecida a dúvida suscitada e consequentemente eliminado o condicionamento expresso na reunião de 18 de abril de 2019, que se requeira à Assembleia Municipal de Lamego a aprovação, nos termos n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro (Código de Expropriações), da Declaração de Utilidade Pública de expropriação, com carácter de urgência, dos prédios particulares inscritos na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 434 e 435, ambos da secção 1B, artigos n.ºs 146, 157, 158 e 235, ambos da secção 1C, e urbana sob os artigos n.ºs 363 e 1001, da Freguesia de Lamego, e de todos os direitos a eles inerentes por necessários à execução do projeto “Parque Urbano de Lamego”, tal como exarado na proposta de deliberação n.º302/47/2019, já presente a este Executivo.”

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata do seguinte assunto, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 50º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, apreciá-lo.

33-ASSUNTO: CAFÉ E ESPLANADA DO PARQUE ISIDORO GUEDES (COD 17)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 376/47/2019 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Em 14 de maio de 2009, foi celebrado entre o Município de Lamego, como primeiro outorgante e a senhora Maria Ondina de Carvalho Teixeira, como segundo outorgante, o contrato de direito de exploração do Café e Esplanada no prédio urbano denominado Parque Isidoro Guedes, sito na Alameda, na freguesia de Lamego, município de Lamego. O contrato de cedência do direito de exploração tem a duração de 10 anos, cujo término ocorrerá no próximo dia 13 do corrente mês, sendo a compensação a pagar mensalmente pelo segundo outorgante ao primeiro outorgante do valor de € 1.052,00.

Entretanto, foram iniciadas as diligências tendentes à abertura de um novo procedimento concursal com a elaboração do respetivo caderno de encargos, que contempla a necessidade de execução de obras de beneficiação e a definição clara das regras de funcionamento e utilização daquele espaço de exploração.

Todavia, considerando que o novo procedimento concursal a que acima se faz alusão só recentemente foi iniciado e, como tal, até à sua conclusão e produção de efeitos irá ainda decorrer algum tempo resultante da sua tramitação, importa acautelar o não encerramento daquele espaço, por razões de interesse público.

Com efeito, o Parque Isidoro Guedes, dispondo de novos caminhos pedonais, mobiliário urbano, café com esplanada e um parque infantil, é, atualmente, um dos locais mais aprazíveis da cidade de Lamego, devendo, por isso, manter e, se possível, melhorar as suas funcionalidades e ofertas que a natureza concede àquele espaço. Aduz-se o facto de que, estando a entrar o período estival e de festividades do verão, a extinção do prazo do direito de exploração e o consequente encerramento do café e esplanada, implicariam alguns constrangimentos relativamente à vocação do Parque Isidoro Guedes afetando as dinâmicas que o mesmo proporciona.

É neste contexto que proponho ao Órgão Executivo que, entretanto, seja celebrado um contrato, por prolongamento do atualmente vigente, nos precisos termos em que foi contratualizado, até 30 de setembro de 2019, tempo necessário até à produção de efeitos do novo contrato a celebrar em consequência do procedimento concursal acima referido, atento o interesse público que lhe estão subjacentes.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** começou por referir que não entende porque é que o senhor Presidente da Câmara não tratou deste assunto atempadamente, acautelando devidamente os interesses do Município, uma vez que, aliás, é uma fonte de receita mensal.

Entende que esta proposta carece de fundamentação legal, no entanto, não se vai opor à aprovação da mesma, tendo em conta o interesse público de manter em funcionamento aquele equipamento (café e esplanada do Parque Isidoro Guedes).

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** questionou o senhor Presidente da Câmara porque razão não são tratados estes assuntos em devido tempo, e têm de ser deliberados à pressão, o que é lamentável, afirmou.

Referiu que, uma vez que não teve tempo para analisar esta matéria, tem dúvidas que este contrato de concessão possa ser suscetível de prolongamento.

Disse que está disponível para que se arranje uma solução jurídica que vá de encontro aos interesses do Município e do concessionário, para que se mantenha aquele equipamento (café e esplanada do Parque Isidoro Guedes) em funcionamento, nesta época do ano mais importante.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** comunga das preocupações manifestadas pelos senhores Vereadores, e referiu que este assunto já deveria ter vindo à reunião de Câmara mais cedo, para que pudesse analisar o mesmo convenientemente. Disse que também tem dúvidas, relativamente ao enquadramento legal de toda esta situação, bem como que seja suscetível de se prolongar, ou se haverá outra forma de o fazer, de forma a assegurar e garantir que quem frequenta o Parque Isidoro Guedes,

possa usufruir também daquele equipamento, que é fundamental para quem o visita, ainda mais nesta época do ano que se aproxima.

Entende, por isso, que deve encontrar uma solução jurídica, para manter aquele equipamento em funcionamento, nesta altura do verão sendo esta a melhor forma de defender o interesse público.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** concordou que, de facto, este assunto já deveria ter vindo há mais tempo ao Executivo, pelo que urge resolver e encontrar uma forma legal para que se mantenha aquele equipamento em funcionamento nesta altura do verão.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que, de facto, se registou um atraso dos serviços na preparação deste assunto para ser presente à reunião de Câmara. Porém, caso o mesmo já tivesse sido abordado, a situação, em substância não se alterava, ou seja, o término do prazo do contrato e a abertura do procedimento concursal implicariam que o equipamento ficasse encerrado nesta altura do ano.

Afirmou que, tendo em conta o interesse público, não será desejável que tal espaço seja encerrado nesta altura do ano, pelo que entende ser mais acautelado decidir no sentido de que o contrato seja prolongado até 30 de setembro de 2019, o que propõe.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, autorizando o prolongamento do atual contrato celebrado com a senhora Maria Ondina de Carvalho Teixeira, nos precisos termos em que foi contratualizado, até 30 de setembro de 2019, tempo necessário até à produção de efeitos do novo contrato a celebrar em consequência do procedimento concursal acima referido, atento o interesse público que lhe estão subjacentes.

34-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

35-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

Presidente
Secretária

A Secretária